

COMUNICAÇÃO

CAPÍTULO 1 - PRECONCEITO LINGUÍSTICO E GÊNEROS TEXTUAIS: ENTRAVES OU DESIMPEDIMENTOS NA COMUNICAÇÃO?

Adriana Paula da Silva Amorim

INICIAR

Introdução

Você certamente já ouviu falar em preconceito, mas e quanto a expressão “preconceito linguístico”? Será que existe mesmo uma discriminação relacionada ao modo como alguém fala ou escreve? Quantas formas de uso da nossa língua existem?

Para Terra (2008, p. 15), “[...] a língua é nosso principal veículo de comunicação e não conseguimos viver em sociedade sem nos comunicar”. Por isso, a língua é tão importante para as comunidades quanto outros meios de expressão, como gestos e expressões faciais. Afinal, é por meio da língua que exercemos nossa cidadania e podemos colocar em prática nossas ideias, nossos sentimentos e nossas emoções. A língua possui, portanto, uma importante função social. Aliás, também é por conta dela que é realizada a comunicação no mundo profissional, nas modalidades oral e escrita.

Sendo assim, para entendermos melhor quanto a esse assunto, neste primeiro capítulo iremos estudar conceitos essenciais sobre linguística, tais como a linguagem, a língua e a fala; além de discutirmos questões relacionadas aos variados usos que nós, falantes de um determinado idioma, fazemos da língua. Isso porque, embora haja um padrão nos sistemas linguísticos delimitado pela norma culta, existe, também, uma heterogeneidade nos usos práticos da língua por parte de seus usuários, fenômeno conhecido como variação linguística.

Além disso, ao longo de nossos estudos também compreenderemos o conceito de gêneros textuais — por meio dos quais ocorre a comunicação em todas as esferas da sociedade — e de intertextualidade, que é a relação que um texto estabelece com outros textos.

Vamos em frente!

1.1 Usos linguísticos

Sabemos que, na sociedade contemporânea, existe uma diversidade de práticas sociais, ou seja, comportamentos comuns às culturas humanas. Temos, por exemplo, o cumprimento representado pelo aperto de mãos, gesto que significa cordialidade e confiança.

Nesse contexto, são inúmeras as práticas sociais que se relacionam com a linguagem. Assim, se você precisa se comunicar com o síndico do seu prédio para protestar contra o uso inadequado das áreas comuns aos condôminos por parte de alguns moradores, você possivelmente escreverá uma carta de reclamação. Em contrapartida, se o síndico precisa divulgar aos condôminos alguma alteração na coleta de lixo do prédio, por exemplo, ele provavelmente fixará um aviso em um local de fácil acesso a todos os moradores.

A partir desses exemplos, é possível perceber que fazemos diferentes usos da linguagem para atender às nossas necessidades de comunicação com os outros indivíduos. Além disso, assim como a humanidade é composta por pessoas diferentes em diversos aspectos — sociais, econômicos, geográficos ou históricos — a linguagem utilizada pelas pessoas também pode variar em função da sua posição social, geográfica etc. Nos aprofundaremos sobre isso a partir de agora!

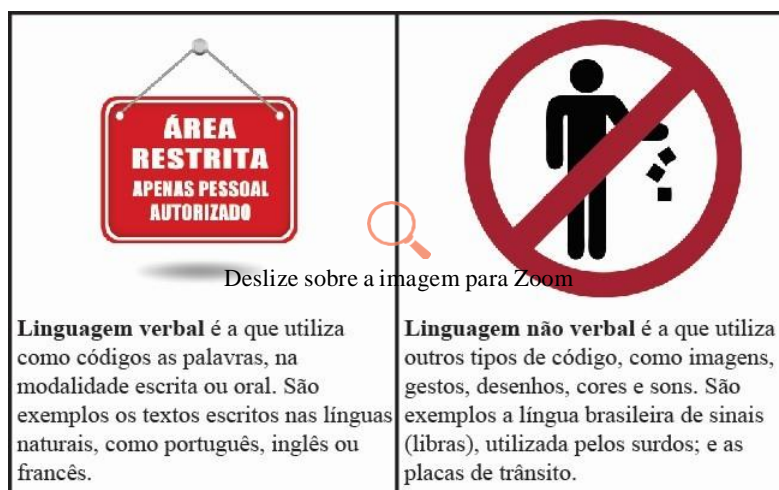
1.1.1 Linguagem, língua e fala

Embora os termos “linguagem”, “língua” e “fala” sejam comumente utilizados como sinônimos, há uma distinção entre eles, a qual não é percebida na prática por serem três aspectos do mesmo fenômeno: a comunicação humana.

De acordo com Kristeva (1969), a linguagem é tida como a representação do pensamento, mas também é concebida como um instrumento de comunicação, por meio da elaboração de esquemas que ilustram o sistema de comunicação entre um emissor e um receptor.

Contudo, essa concepção foi criticada, principalmente por considerar a comunicação de forma unilateral, ou seja, um indivíduo fala/escreve, enquanto outra pessoa escuta/lê. No entanto, em um diálogo existem intensas trocas entre os participantes, que não se limitam a assumir unicamente a posição de emissor ou receptor da mensagem. Dessa forma, a linguagem passou a ser vista como processo de interação, a partir do qual os falantes usam-na para “[...] realizarem ações, para atuarem sobre o outro, ou seja, é pela linguagem que interagimos com os outros e produzimos sentido numa dada esfera social, histórica e ideológica” (TERRA, 2008, p. 18).

Com isso, podemos concluir que a linguagem é um conceito amplo que engloba quaisquer códigos utilizados pelos sujeitos, a fim de interagirem uns com os outros. Esses códigos, por sua vez, podem ser classificados em verbais e não verbais.



Quadro 1 - A linguagem verbal e a não verbal se distinguem pela natureza dos elementos que as compõem.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em TERRA, 2008; Arcady, Shutterstock, 2018.

Existe, ainda, a linguagem mista, que se manifesta tanto por sinais verbais quanto por sinais não verbais. São exemplos dessa linguagem as histórias em quadrinhos, que reúnem, além das palavras, imagens.

VOCÊ SABIA?

Foi levantada a ideia da existência de uma linguagem animal, mas essa hipótese foi derrubada pelo fato de que, diferentemente do sistema de comunicação humano, o código utilizado por algumas espécies animais não permite um diálogo e nem a formação de frases de significados diversos, como ocorre com a linguagem humana.

Por conseguinte, a língua é um aspecto da linguagem que utiliza as palavras como código comunicativo e se materializa por meio da fala. A língua é, portanto,

[...] um sistema de natureza gramatical, pertencente a um grupo de indivíduos, formado por um conjunto de sinais e por um conjunto de regras para a combinação deles [...]. É uma instituição social de caráter abstrato, exterior aos indivíduos que a utilizam, que somente se concretiza por meio da fala, o ato individual de vontade e inteligência. (TERRA, 2008, p. 22).

Nessa perspectiva, enquanto a língua possui caráter social e coletivo, a fala é de cunho individual. Esse fato se comprova pelo fato de que um indivíduo não pode alterar as regras da língua, caso queira. A fala, no entanto, pode diferir de um usuário para o outro.

Assim, a língua pertence à comunidade, enquanto que a fala pertence ao indivíduo; a língua é abstrata, enquanto que a fala é concreta. Essa dicotomia entre língua e fala foi desenvolvida pelo linguista Ferdinand de Saussure e seus alunos em 1916, na obra “Curso de Linguística Geral”.

Na prática comunicativa, embora haja restrições no uso da língua pelos falantes — como colocar o substantivo antes do artigo: “menino o pegou bola a” —, é possível haver peculiaridades na forma como esses falantes se expressam, de acordo com a situação comunicativa em que estejam inseridos. É nesse contexto que discutiremos, a seguir, o fenômeno da variação linguística.

1.1.2 Variação linguística

Assim como a sociedade é dinâmica e sofre modificações, a língua — importante aspecto da sociedade — também sofre alterações.

O primeiro fator de mudança é o próprio tempo. As variações diacrônicas são aquelas que ocorrem por meio da evolução da língua ao longo do tempo. Em uma continuidade histórica, algumas palavras deixam de ser utilizadas, tornando-se arcaicas, enquanto outras palavras novas surgem. De fato, são perceptíveis as mudanças na língua portuguesa. Há muito tempo atrás, havia a expressão “vossa mercê”, que foi se modificando com o uso dos próprios falantes da língua. Assim, em um processo de economia linguística, passou a ser apenas “você”. Essa mudança é chamada de variação histórica.

As demais variações linguísticas são sincrônicas, ou seja, acontecem em um mesmo período histórico, em um recorte de tempo específico. No quadro a seguir, apresentamos cada uma delas, acompanhadas de seu conceito e alguns exemplos.

Variação diatópica (Regional)	Relacionada à região onde o falante vive.
	Temos, por exemplo, a diferença entre o português do Brasil e o português de Portugal: “estou trabalhando” e “estou a trabalhar”. Ou, ainda, a diferença de pronúncia e de vocabulário entre as regiões do Brasil, em que um mesmo brinquedo pode ser chamado de “pipa”, “pandorga”, “papagaio”, “tapioca”, “maranhão”, “arraia” ou “quadrado”.
Variação diastrática (Social)	Relacionada à classe econômica, ao grupo social, à escolaridade, ao gênero, à idade ou à profissão do falante.
	Como exemplo podemos citar as gírias típicas dos surfistas: “levar uma vaca”, “cavada” e “aloha”. Ou, então, jargões de profissionais da área de tecnologia da informação, como “networking”, “bug” e “spike”.
Variação diafásica (Formal/informal)	Relacionada à situação de comunicação em que o falante esteja, segundo seu nível de formalidade.
	Temos como exemplo a linguagem formal utilizada em um tribunal do júri: “Senhoras e senhores, a testemunha nada acrescentou aos fatos já conhecidos por todos; ou a linguagem informal em uma conversa espontânea com amigos: “Cara, vamos cair na real, a testemunha só enrolou”. Outro exemplo é um convite formal na modalidade escrita: “Caro cliente, compareça à nossa loja para conhecer a nova coleção de verão”; ou um convite informal na modalidade oral: “Oi, tudo bem? Que tal a senhora dar uma passadinha aqui na loja para conhecer a nova coleção de verão?”.

Quadro 2 - Os tipos de variação linguística são definidos pelos fatores que motivam as mudanças no uso da língua.
Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Além disso, podemos dizer que as variações da língua podem ser de ordem fonológica (pronúncia), com (organização dos termos na frase) e lexical (de vocabulário).

Vale destacar que, em termos de variações de ordem fonológica, o sotaque, ou o jeito de falar, também possui grande importância em qualquer cultura, especialmente quando nos referimos ao português falado no Brasil.

Este resulta da combinação de várias línguas e sotaques tanto dos próprios portugueses que, ao longo de séculos, colonizaram o País, com milhares de idiomas indígenas e com os falares de imigrantes europeus e africanos, principalmente, o que torna nossa língua-pátria contemporânea bastante diversificada.

São mais de 10 jeitinhos de falar o “português brasileiro”, de acordo com levantamento publicado pela revista Superinteressante, com base no trabalho de diversos linguistas e no livro *Atlas Linguístico do Brasil*, cujo destaque está na forma como se construiu a pronúncia de diversas letras como o “R”, o “S”, o “T”, além do “E” e do “O” (abertos ou fechados).

AS VOZES DO BRASIL

Mapeamos algumas diferenças marcantes entre sotaques de várias capitais do País.

CONFIRA
O SOM DE
CADA "R" NA
LEGENDA

BELÉM

reSHpeitchi o poRtuguêiSH

RECIFE

respeiti o poRtuguêis

SALVADOR

respeitchi o poRtuguêis

CUIABÁ

reSHpeite o poRtuguêSH

BELO HORIZONTE

respeitchi o poRtuguês

RIO DE JANEIRO

reISHpeitchi o poRtuguêiSH

SÃO PAULO

respeitchi o poRtuguêis

CURITIBA

respeite o poRtuguês

FLORIANÓPOLIS

reSHpeitchi o poRtuguêiSH

PORTO ALEGRE

respeitchi o poRtuguês

LEGENDA

R (seco)

R (carioca atenuado)

R (carioca)

R (caipira)

Fonte: site da revista Superinteressante, disponível em <<https://super.abril.com.br/cultura/sotaques-do-brasil/>> acessado em 31/07/2019

VOCÊ QUER LER?

O “Dicionário de Ceará: termos e expressões populares do Ceará”, escrito por Marcus Gadelha, apresenta o significado de expressões típicas da comunidade linguística cearense, como “abestado”, “alpercata” e “agora deu”. Vale a pena ler e entender melhor sobre essas variações!

Ainda no contexto da dinamicidade da linguagem, é importante destacar os neologismos, ou seja, novas palavras criadas pelos usuários da língua que, aos poucos, vão sendo incorporadas às práticas de linguagem. São exemplos de neologismos as palavras relacionadas às novas tecnologias, como “deletar” e “viralizar”.

Ademais, temos que toda língua possui uma variedade linguística considerada padrão, também chamada de norma. No tópico a seguir, trataremos desse assunto.

1.2 Norma

De acordo com o Dicionário de Português Dicio, norma é um “[...] princípio que serve de regra, de lei”. Assim, ao se falar em norma na língua, pensa-se quase que imediatamente na gramática normativa, que busca explicitar como a língua deve ser.

Conforme Terra (2008, p. 52), “[...] funcionando como uma espécie de guia de conduta, de um receituário, as normas têm função de impor um comportamento padrão. [...] Elas são estabelecidas pela sociedade para serem cumpridas”. Contudo, a real utilização da língua pelos falantes não reflete as normas gramaticais. Isso ocorre porque, conforme vimos anteriormente, os usos linguísticos revelam variações históricas, regionais, sociais e situacionais. A língua — no seu uso prático — é heterogênea, embora haja uma norma geral que padroniza a comunicação formal, como a redação de documentos e textos acadêmicos.

A partir de agora, trataremos do conceito e da aplicação da norma padrão da língua, assim como também discutiremos sobre a noção de “erro” e o fenômeno do preconceito linguístico presente na sociedade.

1.2.1 A norma culta

A norma padrão de uma língua é estabelecida a partir da variedade utilizada pela camada mais culta da comunidade linguística. Por isso, ela também é conhecida como norma culta (GUIMARÃES, 2012).

A escolha da variedade considerada padrão leva em consideração, também, a escrita de textos literários consagrados nacionalmente, geralmente obedientes à escrita gramaticalmente aceita como “correta”. Dessa forma, a norma possui um caráter estático, enquanto que a fala — materialização da língua pelos usuários — é dinâmica, o que permite sua evolução a partir, por exemplo, do contato com outras línguas, das quais surge o que se chama de empréstimos linguísticos. Esse é o caso de palavras como “marketing” e “status”, que são comumente utilizadas pelos falantes da língua portuguesa no Brasil, sem a necessidade de uma tradução. Com o frequente uso dessas expressões, elas acabam sendo incorporadas ao vocabulário da população.

Em contrapartida, quando uma norma ou regra da variedade padrão da língua não é obedecida, costuma-se dizer que há um erro. Mas esse conceito vem sendo discutido e criticado, pois, muitas vezes, a ausência de aplicação de uma regra gramatical não prejudica a comunicação. É o que se pode perceber no poema “Pronominais”, de Oswald de Andrade (2003, p. 167), publicado pela primeira vez em 1925.

Pronominais
Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido

Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro

[...]

No poema, o autor apresenta uma crítica à norma gramatical que dita a colocação dos pronomes, enfatizando que os cidadãos brasileiros, no uso cotidiano na língua, não aplicam as regras gramaticais de próclise, mesóclise e ênclise. Embora a norma não revele o uso real da língua pela população, é preciso enfatizar sua importância para que haja padronização no uso formal da língua, em situações como a redação de documentos oficiais, discursos políticos, trabalhos acadêmicos e apresentações de palestras.

1.2.2 O conceito de erro na língua

Para explicar o conceito de erro em relação à comunicação, tomemos o exemplo apresentado por Terra (2008, p. 96): “qual seria a roupa ‘certa’: paletó e gravata ou camiseta, sandália e bermudas? Evidentemente, a resposta só pode ser: depende”. Ou seja, você escolhe sua vestimenta de acordo com a ocasião. Quanto mais formal a situação for, mais formal sua vestimenta será. Portanto, não existe roupa certa ou errada, existe apenas uma roupa adequada ou inadequada.

Com a linguagem ocorre algo semelhante. Em uma conversa espontânea com amigos e familiares, em um churrasco de domingo, por exemplo, a linguagem utilizada certamente será a informal, também conhecida como linguagem coloquial, sem preocupação com as normas gramaticais. Contudo, não se pode afirmar que, nessa situação, as pessoas estejam falando errado, uma vez que a linguagem está adequada à situação comunicativa em que se encontram.

Se, por outro lado, você é convidado pelo chefe do departamento em que trabalha para palestrar em uma conferência em que estarão diversos representantes de outras empresas, torna-se necessário que a linguagem utilizada seja formal, o mais próximo possível do que ditam as regras da gramática da língua. Não seria adequado, nesse caso, utilizar a linguagem coloquial, pois a situação comunicativa exige um nível de formalidade maior da linguagem, assim como da vestimenta.



Figura 1 - Situações formais exigem vestimenta e linguagem formais.

Fonte: Shutterstock, 2018.

Há, ainda, casos em que a norma culta é quebrada de forma intencional, como é comum vermos em poemas, como o “Pronominais”, que lemos anteriormente. Assim, o autor conhece a norma, mas não a obedece com um objetivo específico. No caso de Oswald de Andrade, a ideia é mostrar que, na prática, essa norma nem sempre é utilizada e, portanto, em situações cotidianas informais ela pode ser deixada de lado.

VOCÊ SABIA?

Os Parâmetros Curriculares da Língua Portuguesa, ou PCN, que orientam o ensino de língua portuguesa nas escolas, assinalam a importância de compreender o contexto de comunicação para adequar o registro da fala à situação. Para a compreensão do contexto, é importante considerar o que se fala, para quem e com que objetivo: “A questão não é de erro, mas de adequação às circunstâncias de uso, de utilização adequada da linguagem” (BRASIL, 1998, p. 31).

É necessário, portanto, que sejam consideradas nos estudos da língua as suas diversas formas de utilização pelos falantes. Além disso, ressalta-se a importância da escolarização ou educação formal para que todos os indivíduos de uma comunidade linguística sejam capazes de transitar entre um ou outro nível de linguagem, dependendo da adequação à situação de comunicação.

Você quer ler?

Uma explicação mais detalhada sobre as relações e tensões entre a norma culta e o uso prático da língua, pode ser encontrada em um artigo do linguista Marcos Bagno, no qual ele aborda, inclusive, a existência de ambiguidade até mesmo na própria definição de norma culta. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10546/1/ARTIGO_NormaLinguisticaHibridismo.pdf>. Acessado em 01/08/2019

A seguir, trataremos de um assunto importante quanto a variação e o erro linguístico: o preconceito em relação ao modo como se fala.

1.2.3 Preconceito linguístico

A definição de preconceito linguístico, segundo Bagno (s./d., s./p., grifos do autor), é que:

O termo preconceito designa uma atitude prévia que assumimos diante de uma pessoa (ou de um grupo social), antes de interagirmos com ela ou de conhecê-la, uma atitude que, embora individual, reflete as ideias que circulam na sociedade e na cultura em que vivemos. Assim como uma pessoa pode sofrer preconceito por ser mulher, pobre, negra, indígena, homossexual, nordestina, deficiente física, estrangeira etc., também pode receber avaliações negativas por causa da língua que fala ou do modo como fala sua língua.

Dessa forma, assim como existe o preconceito social, existe, também, o preconceito em relação ao uso que se faz da língua, fruto da comparação entre a norma culta — considerada o modelo ideal de uso da língua — e as diferentes formas de uso da língua, desconsiderando o fenômeno da variação linguística.

Ainda de acordo com Bagno (2008), o preconceito linguístico se manifesta com a rotulação da fala de um determinado grupo social ou regional como “errado” ou “feio”. Um exemplo disso é o que ocorre em relação a ausência da marcação de plural presente, em geral, na fala de pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade, como na frase “nós trabalhava nas fábrica”. Essa forma de falar é estigmatizada pelas classes mais favorecidas da sociedade, sendo tachada negativamente e reprovada socialmente.

Uma área da linguística chamada Sociolinguística investiga os processos de variação e mudança da língua, considerando que existe uma forte relação entre a forma como as pessoas falam e os fatores sociais, como a origem geográfica do falante, o grupo social ao qual pertence ou a idade. Com isso, a Sociolinguística explica que a ausência de marcação nos termos da frase, como no caso acima, ocorre porque, pela marcação do plural em “nós” e em “nas”, intuitivamente o interlocutor conclui o sentido completo da frase. Em situações comunicativas informais, essa fala é considerada adequada. Inclusive, eventualmente, pode ser falada por pessoas de nível de escolaridade alto.

VOCÊ QUER VER?

Marcos Bagno, conceituado linguista brasileiro que se dedica a pesquisar sobre as variações linguísticas do português e sobre o preconceito linguístico no Brasil, fala, em uma entrevista para a PNAIC, sobre o que é o preconceito linguístico e como ele ocorre na sociedade brasileira. Vale a pena conferir no link: <<https://youtu.be/UbdSNWv9XDQ> (<https://youtu.be/UbdSNWv9XDQ>)>.

Ainda assim, a variedade padrão da língua é privilegiada nas escolas e apontada como único meio para se conseguir prestígio social. Além disso, muitas vezes, a norma culta da língua tem sido instrumento de dominação social e discriminação de pessoas, seja porque falam o dialeto de uma determinada região do país ou porque não tiveram a oportunidade de estudar (LUCCHESI, 2015). De fato, é importante e necessário aprender a norma culta da língua, visto que ela é utilizada em situações formais, como no mercado de trabalho. No entanto, as outras variantes não devem ser esquecidas e/ou consideradas inferiores.

VOCÊ QUER LER?

O livro “Nós chegemos na escola, e agora? Sociolinguística e Educação”, de Stella Maris Bortoni-Ricardo, é fruto de uma pesquisa sociolinguística realizada no Brasil. A obra é direcionada a professores de línguas ou outros profissionais da linguagem interessados na relação entre linguagem e sociedade. Vale a pena ler seu conteúdo e se inteirar sobre o assunto.

Com tudo isso, Bagno (2008) afirma que “[...] uma formação docente adequada, com base nos avanços das ciências da linguagem e com vistas à criação de uma sociedade democrática e igualitária, é um passo importante na crítica e na desconstrução desse círculo vicioso”. A saída, para ele, é ensinar as crianças a valorizarem todas as modalidades de registro, mostrando que nenhuma é melhor ou pior do que as outras.

No próximo tópico, discutiremos um conceito relativamente recente nos estudos linguísticos e suas aplicações

em relação ao uso da língua pelos seus falantes.

1.3 Gêneros discursivos

Quando se fala na língua em uso, logo vem à tona os gêneros textuais. Isso porque, ao longo de nossa vida, nos deparamos com textos diversos: histórias em quadrinhos, fábulas, crônicas, poemas, anúncios, piadas, bulas, artigos científicos, entre inúmeros outros.

Sendo assim, para que melhor entendamos as particularidades dos gêneros textuais, neste tópico discutiremos a noção de texto, o conceito de gêneros textuais e sua aplicação nas práticas de comunicação, sejam elas de caráter pessoal, acadêmico ou profissional.

1.3.1 Texto e contexto

O texto é considerado uma unidade de sentido por meio da qual interagimos. Ele permeia toda a nossa atividade comunicativa, seja ela falada ou escrita. Assim, não há comunicação sem texto. Um anúncio ou uma cartilha, por exemplo, descrevem bem esse conceito, conforme vemos na figura a seguir.



Figura 2 - Uma campanha é um exemplo de texto composto de linguagem verbal e não verbal.

Fonte: BRASIL, s./d.

Como podemos perceber, o exemplo nos mostra uma campanha publicitária que busca alertar os jovens sobre a importância da vacinação, a fim de prevenir a meningite e o HPV. No material produzido, encontram-se elementos verbais (palavras) e não verbais (imagens, ícones, cores). Além disso, é considerado um texto, uma vez que é uma unidade de sentido, com um propósito comunicativo direcionado a um público específico, em uma determinada situação comunicativa.

Dessa forma, toda interação verbal ocorre por meio de manifestações linguísticas conhecidas como textos.

Beaugrande (1997, p. 10) afirma que o texto é “[...] um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, culturais, sociais e cognitivas”, ou seja, para se produzir e para ler um texto, são necessários mais do que os conhecimentos básicos sobre a língua, visto que eles estão inseridos em algo maior, ou seja, existe um contexto.

Para Koch e Elias (2006, p. 59), o contexto é “[...] tudo aquilo que, de alguma forma, contribui para determinar a construção do sentido”. Sendo assim, o sentido do texto não está nele mesmo, mas é construído ao longo do processo de interação entre autor, texto e leitor. Dessa forma, ao lermos ou produzirmos um texto, sem perceber, ativamos processos sociocognitivos e recorremos a três tipos de conhecimentos armazenados em nossa mente: o linguístico, o enciclopédico e o interacional (CAVALCANTE, 2012).

O conhecimento linguístico diz respeito ao entendimento do código, dos sinais verbais e não verbais utilizados no texto, incluindo ortografia, gramática e vocabulário da língua (KOCH; ELIAS, 2011). Para compreender a campanha do Ministério da Saúde, por exemplo, é necessário que o leitor decodifique o texto escrito, a imagem das crianças e saiba o que significa a sigla “HPV”.

Por conseguinte, o conhecimento enciclopédico, ou conhecimento de mundo, é ativado quando acionamos nosso repertório de informações armazenadas em nossa memória, a partir de vivências e experiências diversas (KOCH; ELIAS, 2011).

Voltando ao exemplo da campanha, ainda podemos dizer que, para seu entendimento, deve fazer parte do conhecimento de mundo dos leitores informações sobre meningite (infecção que afeta as meninges que envolvem a medula espinhal e o encéfalo) e HPV (vírus causador de problemas de ordem cutânea, que, se não for tratado, pode causar câncer de colo do útero). Assim, alguém que, por ventura, não possua esses conhecimentos prévios, certamente terá dificuldades em interpretar efetivamente o texto.

Por fim, com o conhecimento interacional, recorremos ao que sabemos sobre as práticas interacionais. Consideramos, portanto, quem são os interlocutores (quem produziu o texto e para quem), o objetivo do texto, o nível de formalidade da linguagem empregada e a organização das informações no texto (KOCH; ELIAS, 2006). No exemplo que estamos analisando, o texto — composto por elementos verbais e não verbais, organizados de forma clara e objetiva com uma linguagem simples — é direcionado para jovens em fase de pré-adolescência e, indiretamente, a seus pais; tendo como objetivo alertá-los sobre o risco de contaminação por essas doenças e orientar a solicitação do exame para diagnóstico.

Nessa perspectiva, percebemos que, para que um texto seja plenamente compreendido, é necessário considerar mais do que está dito. Afinal, estão envolvidos em um texto fatores contextuais, de ordem social, histórica e cognitiva, que norteiam as práticas de linguagem.

A seguir, apresentaremos conceito e exemplos de gêneros textuais, por meio dos quais nos comunicamos socialmente.

1.3.2 Gêneros textuais

Certamente você, quando era criança, ouvia muitos contos de fadas e fábulas. No entanto, à medida que foi crescendo, seu interesse passou para as histórias em quadrinhos, os contos e os poemas. Hoje, já na fase adulta, provavelmente acrescentou às suas leituras muitas notícias, cartazes, anúncios e piadas. Esses e outros textos fazem parte do seu cotidiano.

Nessa perspectiva, como você sabe que uma fábula é uma fábula? Ou que uma notícia é uma notícia, de fato?

De acordo com Koch e Elias (2006, p. 101), sabemos dessas características porque esses textos possuem “[...] formas padrão e relativamente estáveis de estruturação”. Assim, por exemplo, toda fábula se constitui de uma narrativa em que os animais são personificados, ou seja, agem como seres humanos: pensam, raciocinam e falam. Embora uma ou outra possua características divergentes, todas seguem esse padrão para serem consideradas fábulas.

Bakhtin (1992, p. 301-302, grifos do autor), por sua vez, afirma que,

Para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos os nossos enunciados dispõem de uma forma padrão e relativamente estável de estruturação de um todo. Possuímos um rico repertório dos gêneros do discurso orais (e escritos). Na prática, usamo-los com segurança e destreza, mas podemos ignorar totalmente a sua existência teórica.

Portanto, toda a nossa comunicação escrita ou oral se baseia em formas padrão, as quais denominamos gêneros textuais, ainda que não saibamos da existência desses enunciados. Você mesmo, até hoje, pode nunca ter ouvido falar desses termos, mas com certeza já utilizava muito bem os gêneros textuais em seu cotidiano. Bakhtin (1992) menciona que eles são apenas relativamente estáveis, porque, assim como a comunicação é dinâmica, os gêneros textuais também são maleáveis e passíveis de mudanças.

VOCÊ O CONHECE?

Mikhail Bakhtin, filósofo russo, dedicou-se a investigar a linguagem e revolucionou os estudos linguísticos a partir da teoria dos gêneros textuais. Segundo seus pressupostos teóricos, a linguagem só existe em função dos sujeitos (quem fala/escreve e o que escuta/lê) e da situação comunicativa que suscita a produção dos textos por meio dos quais interagimos socialmente.

Além disso, novos gêneros surgem a cada dia, enquanto que outros deixam de ser utilizados pelos indivíduos. Não é raro vermos pessoas enviando mensagens instantâneas de seus smartphones ou tablets, mas não vemos mais ninguém enviando telegramas. Ou seja, enquanto as mensagens instantâneas são um gênero textual emergente, o telegrama não faz mais parte das práticas comunicativas da atualidade.

De acordo com os pensamentos de Maingueneau (2004), os gêneros se configuram como fator de economia e praticidade da comunicação. Assim, quando desejamos nos comunicar, dependendo do nosso propósito comunicativo, selecionamos o gênero textual mais adequado. Contudo, se não houvessem esses padrões, ficaríamos perdidos em meio à variedade de práticas comunicativas possíveis na interação humana. Então, se alguém deseja compartilhar seu conhecimento sobre o preparo de um prato culinário, por exemplo, certamente produzirá uma receita, composta pelas seções: ingredientes e modo de preparo. Se uma empresa deseja divulgar seu produto e atrair o público consumidor, por outro lado, produzirá um anúncio, que pode ser transmitido de forma impressa, por áudio ou por vídeo.



Figura 3 - O verbete de um dicionário é um gênero textual com o propósito de definir um termo da língua.

Fonte: Feng Yu, Shutterstock, 2018.

Outro aspecto importante na definição dos gêneros textuais é o suporte. De acordo com Marcuschi (2003, p. 08, grifo do autor), “[...] o suporte é o locus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto”. Nesse sentido, são exemplos de suporte o outdoor, o jornal, a tela de um computador, a revista, o livro, o muro, entre tantos outros. Existem, ainda, alguns suportes pouco convencionais, como as paradas de ônibus, que se tornam suporte para anúncios; ou o próprio corpo, que se torna suporte para textos tatuados na pele.

VOCÊ QUER VER?

Em uma entrevista intitulada “Bakhtin e sua Filosofia da Linguagem”, o professor e pesquisador Carlos Alberto Faraco discute o pensamento bakhtiniano e a filosofia da linguagem desenvolvida por esse grande expoente dos estudos dialógicos da linguagem. Você pode ver em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IJMByQS0oQc> (<<https://www.youtube.com/watch?v=IJMByQS0oQc>>)>.

Agora que entendemos melhor quanto aos gêneros textuais, na sequência apresentaremos a noção de sequências textuais e sua diferenciação em relação aos gêneros.

1.3.3 Sequências textuais

Adam (2008) defende que todo texto é formado de sequências, que são esquemas linguísticos que constituem os

diversos gêneros. Em outras palavras, as sequências compõem os gêneros textuais, sendo elas:

1. Narração;
2. Descrição;
3. Injunção;
4. Explicação ou exposição;
5. Argumentação.

A sequência narrativa apresenta uma sucessão de fatos ou eventos ao longo de um tempo. Há predominância do uso de verbos de ação e, às vezes, diálogo. São exemplos de gêneros predominantemente narrativos o conto, a fábula e o romance.

A sequência descritiva, por sua vez, apresenta a caracterização de algo, de alguém ou de algum lugar, por meio da utilização de verbos de estado e adjetivos. É comum haver descrição em anúncios, por exemplo, em que o produtor enfatiza as qualidades do produto anunciado.

Já a sequência injuntiva apresenta uma orientação, uma ordem, um pedido ou um conselho, por meio de verbos no imperativo. Um anúncio, um tutorial e uma bula de remédio são textos que contêm injunção.

A sequência explicativa ou expositiva responde uma pergunta, objetivando informar sobre algo, com o uso predominante de verbos no presente do indicativo. Essa sequência é bastante utilizada nos artigos de divulgação científica, nas aulas expositivas e nos documentários de televisão.

Por fim, a argumentação apresenta argumentos e contra-argumentos em defesa de um ponto de vista, buscando convencer o leitor/ouvinte acerca de um posicionamento. São exemplos de gêneros tipicamente argumentativos os artigos de opinião e os debates.

É importante destacar que os gêneros não são determinados pelas sequências, tendo em vista que o mesmo gênero textual pode conter mais de uma sequência textual. É o caso da receita culinária, que possui descrição na seção de ingredientes e injunção na seção de como se prepara o prato. No quadro a seguir, podemos ver a distinção entre gêneros e sequências textuais.

Gêneros textuais	Sequências textuais
Manifestações linguísticas por meio das quais nos comunicamos.	São unidades estruturais que compõem os textos, segundo a sua finalidade.
Temos como exemplos a carta, o e-mail, o bilhete, a declaração, o artigo, a monografia, a tirinha, a charge, o conto, o romance, a receita e a bula.	Podem ser classificadas em narração, descrição, argumentação, injunção e explicação.
Possui número ilimitado e com tendência a aumentar.	Possui número finito e sem tendência a aumentar.

Quadro 3 - Distinção entre gêneros e sequências textuais.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em MARCUSCHI, 2008.

De fato, toda a atividade comunicativa humana ocorre por meio dos gêneros textuais, que são estruturados pelas sequências textuais. Eles não são contrários, mas se complementam na constituição da organização textual.

VOCÊ QUER LER?

Para Bakhtin, a identificação dos gêneros passa, essencialmente, pelo conhecimento de seu enunciado, pois é onde se identificam os objetivos e as condições em que o texto é produzido, sobretudo em relação ao diálogo cotidiano.

Por isso, vale ressaltar a necessidade de se considerar as diferenças entre a comunicação escrita e a oral, particularmente no que se refere a interferências não previstas nas normas e que podem modificar o sentido, o gênero e as sequências textuais do discurso.

Como exemplo, as pausas ou outras inflexões, a linguagem corporal e o próprio objetivo da comunicação (enunciado), e que irão variar, também, em função da reação de quem recebe a comunicação.

“as pausas, enquanto fatos gramaticais, calculadas e deliberadas, só são possíveis no interior do discurso de um único locutor, ou seja, dentro de um único enunciado; a pausa entre os enunciados é um fato real e não um fato gramatical, e este tipo de pausa — que se prende à psicologia ou a alguma circunstância externa — pode introduzir uma ruptura no todo do enunciado; é uma pausa que, nos gêneros secundários, provém de um cálculo do artista, do diretor, do ator, e distingue-se, por princípio, tanto da pausa gramatical como da pausa estilística, tal como ocorre, por exemplo, entre os sintagmas, dentro de um enunciado”. (Bakhtin (1997 – página 297)

No tópico seguinte, abordaremos um fenômeno recorrente na comunicação: a relação entre o texto e outros escritos ou ditos anteriormente. É a chamada intertextualidade.

1.4 Intertextualidade

A intertextualidade é um fenômeno linguístico bastante estudado. Ele diz respeito à relação que existe entre os textos. Segundo Kristeva (1969), todo texto é um mosaico de outros que o antecederam e lhe deram origem. Mais especificamente, existem em muitos textos menções a outros textos já proferidos anteriormente.

Dessa forma, a identificação e a compreensão do processo intertextual depende dos conhecimentos de outros textos por parte dos interlocutores. Vejamos o exemplo dos versos da segunda parte do Hino Nacional Brasileiro (ESTRADA, 1831):

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores".
Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Você conseguiu identificar com qual texto o Hino Nacional possui uma relação de intertextualidade? Acertou se pensou no poema “Canção do Exílio”, publicado em 1843, por Gonçalves Dias, cuja primeira estrofe é:

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.
Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.

Como percebemos, “[...] conhecer o texto-fonte [...] é condição necessária para a construção de sentido” (KOCH; ELIAS, 2006, p. 85). Além disso, é interessante notar que a retomada de outros textos, em novas situações comunicativas, por meio da intertextualidade, pode gerar a construção de novos sentidos.

Assim, existem dois tipos de intertextualidade: a intertextualidade explícita e a intertextualidade implícita, que exige do interlocutor um conhecimento mais aguçado do texto-fonte. A seguir, discutiremos esses dois tipos de intertextualidade, bem como a intergenericidade, que ocorre entre gêneros textuais.

1.4.1 Intertextualidade explícita

A intertextualidade explícita ocorre quando a fonte do intertexto é citada ou existe a presença de fragmentos desse texto anteriormente produzido. É o caso da citação, bastante utilizada na escrita acadêmica, inclusive neste material didático, em que são citados textos de autores que já escreveram sobre os assuntos que estão sendo tratados. É um exemplo desse tipo de intertextualidade a relação existente entre o Hino Nacional Brasileiro e o poema “Canção do Exílio”, uma vez que um trecho do poema, inclusive marcado pela presença de aspas, encontra-se explícito na letra do Hino Nacional.

A função da intertextualidade explícita na escrita acadêmica é atribuir ao novo texto um argumento de autoridade, que fundamenta os conceitos abordados por outros estudiosos e pesquisadores. Na escrita literária, por sua vez, a intertextualidade contribui para o processo criativo de construção dos sentidos no texto.

1.4.2 Intertextualidade implícita

A intertextualidade implícita ocorre quando não há a citação expressa da fonte ou de um trecho do texto-fonte. Nesse caso, é necessário apelar para a memória, a fim de recuperar informações sobre o intertexto e construir o sentido. Quando essa recuperação não ocorre, ou quando há o desconhecimento do texto-fonte, a construção dos sentidos do texto pelo interlocutor fica prejudicada.

Com a intertextualidade implícita, ocorre a apropriação do texto-fonte, que sofre modificações, seja com acréscimos, supressões ou substituições, que podem preservar ou subverter o sentido do texto original. A paráfrase, por exemplo, — interpretação de um texto com as próprias palavras — em que não há citação do texto-fonte, temos a intertextualidade implícita presente. As paráfrases são bastante utilizadas por professores em aulas expositivas, já que procuram explicar os conteúdos de forma simplificada para os alunos. Analogamente, quando você precisa apresentar um seminário sobre um tema específico, faz as leituras prévias e, oralmente, por meio de paráfrases, expõe aos colegas e ao avaliador as ideias e informações com suas próprias palavras, não é?

Além das paráfrases, as paródias são comumente conhecidas como músicas que passam por transformações na letra, causando efeito de humor e/ou de ironia. No entanto, no campo da linguagem, a paródia “[...] é um recurso bastante criativo que se constrói a partir de um texto-fonte retrabalhado [...] com o intuito de atingir outros propósitos comunicativos, não só humorísticos, mas também críticos, poéticos, etc.” (CAVALCANTE, 2012, p. 154).

CASO

Para melhor entendimento quanto a intertextualidade, uma professora resolveu levar seus alunos para assistir a uma peça teatral, intitulada “Hermanoteu na Terra de Godah”. Na peça, temos um hebreu, pastor de ovelhas, que recebeu de Deus a missão de peregrinar por muitos anos até achar uma terra prometida chamada Godah. Pelo caminho, ele passou por Roma, pelo Egito, por Jerusalém e muitos outros lugares ligados a personagens e histórias bíblicas do antigo e do novo testamento.

Com isso, os alunos puderam entender que a intertextualidade é a relação existente entre diferentes textos. Para eles, ficou clara a relação entre a peça que assistiram e os textos bíblicos ligados às civilizações da antiguidade.

Ao se valer da intertextualidade implícita, o autor não pretende esconder o texto-fonte, mas pressupõe que o interlocutor identificará o intertexto e os novos sentidos provocados pelas transformações dos textos-fonte e pelos propósitos comunicativos dos novos textos.

Ademais, há textos que apresentam características de gêneros textuais distintos, o que chamamos de intergenericidade, a qual apresentaremos a seguir.

1.4.3 Intergenericidade

A intertextualidade entre gêneros textuais ocorre quando um gênero assume a forma de outro, em função de um propósito comunicativo. A hibridização, intergenericidade ou, ainda, intertextualidade intergêneros, pode ser bastante perceptível em anúncios, tirinhas e charges.



Figura 4 - Intergenericidade: anúncio ou questão de prova?

Fonte: DETRANPR, 2017.

Como podemos observar na figura, estruturalmente, o texto parece uma questão de prova, com a presença de opções para o suposto aluno marcar. No entanto, considerando o contexto de produção desse texto, logo chegamos à conclusão de que não se trata de uma questão de prova, mas, sim, de um anúncio publicitário de um programa educativo do Detran.

Em síntese, o que, de fato, determina a classificação do gênero textual em casos de intergenericidade é o seu propósito comunicativo, e não a sua estrutura. Não há, portanto, alteração da função desse texto, uma vez que ele continua divulgando o programa educativo por meio do processo criativo da intertextualidade intergêneros.

Você Quer ver?

A intertextualidade pressupõe que a comunicação (diálogo, linguagem) aconteça, sempre, envolvendo dois indivíduos – o emissor e o(s) receptor (es), e está ligada ao tempo, ao espaço, à posição diante do mundo; com o perfil do interlocutor e o domínio dos códigos e dos signos. Portanto, um conjunto de fatores que se interagem para que o objetivo de se transmitir uma ideia, uma informação ou uma mensagem seja conseguido, sempre considerando a existência do outro na escolha do enunciado, como se pode observar neste vídeo produzido pela TV Unesp: Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=D3Cu0e_cTz0> Acessado em 01/08/2019

Síntese

Você concluiu o primeiro capítulo de Comunicação. Agora, já conhece alguns conceitos importantes quando tratamos da comunicação, como a distinção entre norma e uso da língua, preconceito linguístico, gêneros textuais e intertextualidade. Esperamos que esses conceitos e suas aplicações sejam úteis para sua formação acadêmica e para sua atuação profissional. Foram muitos conteúdos importantes em um único capítulo, e ainda vem muito mais pela frente.

Neste capítulo, você teve a oportunidade de:

- reconhecer as diferenças entre os usos da língua e as práticas sociais;
- identificar atitudes de preconceito linguístico;
- identificar e comparar tipos (sequências) e gêneros textuais;
- analisar textos cujos gêneros discursivos estão de acordo com a sua prática profissional;
- identificar e classificar as relações intertextuais.

Bibliografia

ADAM, J. M. A Linguística Textual. São Paulo: Cortez, 2008.

ANDRADE, C. D. de. Poema de sete faces [Alguma poesia]. In: Panorama Cultural da Literatura Brasileira II, Rio Grande do Sul, s./d. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/aulusmm/files/2017/06/POEMAS-DRUMMOND.pdf>>. Acesso em: 06/03/2018.

ANDRADE, O. de. Pronominais. In: ANDRADE, O. de. Pau-Brasil. São Paulo: Globo, 2003.

BAGNO, M. Preconceito linguístico. O que é, como se faz. 50. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BEAUGRANDE, R. A. New foundations for a science of text and discourse. Nordwood: Ablex, 1997.

BORTONI-RICARDO, S. M. de. Nós chegamos na escola, e agora? Sociolinguística e Educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Vacinação HPV e Meningite C. Brasília, s./d. Disponível em: <<http://portal.arquivos.saude.gov.br/campanhas/vacinahpv/>> (<http://portal.arquivos.saude.gov.br/campanhas/vacinahpv/>)>. Acesso em: 19/03/2018.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>> (<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>)>. Acesso em: 13/03/2018.

CAVALCANTE, M. M. Os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2012.

CONVERSAS Questões de Linguagem. Bakhtin e sua Filosofia da Linguagem. 10 ago. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IJMByQS0oQc>> (<https://www.youtube.com/watch?v=IJMByQS0oQc>)>. Acesso em: 13/03/2018.

DETRANPR. Departamento de Trânsito do Paraná. Educação para o Trânsito. Maio Amarelo 2017. Paraná, 2017.

Disponível

em:

<http://www.educacaotransito.pr.gov.br/arquivos/File/materiaisimpressos/Maio_Amarelo_2017/Faixas_Maio_Amarelo_c
(http://www.educacaotransito.pr.gov.br/arquivos/File/materiaisimpressos/Maio_Amarelo_2017/Faixas_Maio_Amarelo_c
>.

Acesso

em:

19/03/2018.

- DIAS, G. Canção do Exílio. 1847. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000100.pdf>
(<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000100.pdf>)>. Acesso em: 06/03/2018.
- DICIO. Dicionário Online de Português. Norma. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/norma/>
(<https://www.dicio.com.br/norma/>)>. Acesso em: 02/03/2018.
- ESTRADA, J. O. D.; SILVA, F. M. da. Hino Nacional Brasileiro. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ex000005.pdf>
(<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ex000005.pdf>)>. Acesso em: 06/03/2018.
- GADELHA, M. Dicionário de Ceará: termos e expressões populares do Ceará. São Paulo: Clío, 2011.
- GUIMARÃES, T. de C. Comunicação e linguagem. São Paulo: Pearson, 2012.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. Ler e escrever: estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- KRISTEVA, J. Introdução à Seminálise. São Paulo: Debates, 1969.
- LUCCHESI, D. Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.
- MAINGUENEAU, D. Análise de textos da comunicação. São Paulo: Cortez, 2004.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- PINHEIRO, T. Mikhail Bakhtin, o filósofo do diálogo. In: Revista Nova Escola, 2009. Disponível em:
<<https://novaescola.org.br/conteudo/1621/mikhail-bakhtin-o-filosofo-do-dialogo>
(<https://novaescola.org.br/conteudo/1621/mikhail-bakhtin-o-filosofo-do-dialogo>)>. Acesso em: 06/03/2018.
- PNAIC UFSCar. Marcos Bagno - PNAIC UFSCAR Entrevistas. 31 mai. 2016. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=UbdSNWv9XDQ&feature=youtu.be>
(<https://www.youtube.com/watch?v=UbdSNWv9XDQ&feature=youtu.be>)>. Acesso em: 13/03/2018.
- SAUSSURE, F. de. Curso de linguística geral. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.
- TERRA, E. Linguagem, língua e fala. São Paulo: Scipione, 2008.